Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:

Receitas		**Despesas**			
Natureza da Receita	Valor arrecadado	Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
7.0.0.0.00.00 – Receitas Correntes Intraorçamentárias	2.957.813,67	3.0.91.00.00 – Despesas Correntes Intraorçamentárias	2.900.958,00	2.900.958,00	2.900.958,00
8.0.0.0.00.00 – Receitas de Capital Intraorçamentárias	0,00	4.0.91.00.00 – Despesas de Capital Intraorçamentárias	35.771,64	35.771,64	35.771,64
TOTAL	**2.957.813,67**	**TOTAL**	**2.936.729,64**	**2.936.729,64**	**2.936.729,64**

Nota 4 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna "Receitas Realizadas" apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R$ 4.042.514,87

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R$	
- Deduções de receita por restituições	R$	
- Deduções de receita por descontos concedidos	R$	102.908,54
- Deduções de receita por compensação	R$	
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R$	3.413.565,58
- Deduções de receita por retificações	R$	
- Outras Deduções de receita	R$	526.040,75
Total das Deduções da Receita Orçamentária	**R$**	**4.042.514,87**

Nota 5 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, ao Regime Próprio de Previdência Social e aos órgãos da Administração Indireta, foram processadas por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências

financeiras concedidas e recebidas serão efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R$	730.000,00
Repasses concedidos ao RPPS	R$	0,00
Repasses concedidos aos órgãos da Administração Indireta	R$	0,00
Totais dos repasses concedidos	**R$**	**730.000,00**

Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro: o quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2019 como fonte de abertura para créditos adicionais:

Fonte de Recursos	**Superávit Financeiro apurado em 31/12/2018**	**Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicionais**
0001 – Recursos Livres	1.505.652,13	1.499.640,00
0020 - MDE	-	
0031 – Fundeb	4.670,18	4.670,18
0040 – ASPS	35.355,27	24.265,20
0050 – RPPS	20.122.183,15	
1010 - PPD	178,33	
1015 - PEATE	1.725,27	
1016 – PNAE	2.278,68	2.278,68
1029 - OASF	5.867,95	
1036 – PNAC	97,22	97,22
1038 – MEIO AMBIENTE	17.463,93	17.463,93
1045 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA	10,50	
1047 - PNATE	55,40	
1048 – SALÁRIO EDUCAÇÃO	215.426,90	215.426,90
1052 – CIDE	35,18	
1062 – ALIENAÇÕES	525,68	525,68
1080 – IGD	10.154,18	10.154,18
1091 - PNAP	2,52	2,52
1100 - PNAE EJA	841,70	841,70
1101 - FMAS BPC	78,09	
1102 – MULTAS DE TRÂNSITO	8.669,59	3.000,00
1107 – PAIF	12.418,86	
1117 – FORTALECIMENTO DE VINCULO	36.298,00	
1124 – IGD SUAS	13.138,03	13.138,03
1129 – MERENDA ESCOLAR – AEE	157,14	157,14
1132 - CONSTRUÇÃO DE EMEF	63.544,74	
1137 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	119,41	
1143 - Programa Apoio a Creches	5,26	
1144 - PASSE LIVRE ESTUDANTIL	1.949,92	1.949,92
1145 – ACESSUAS	41.201,56	

1148 - Aprimora Rede	29,22	29,22
1150 - AFM/EDUCAÇÃO	6.925,85	6.925,85
1151 - FUNDICA	121.040,14	121.040,14
1152 - EQUIPAMENTOS ASSISTENCIA SOCIAL	102.767,12	102.767,12
4002 – ALIENAÇÃO SAUDE	41,60	
4011 – INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA	47.019,91	47.019,91
4050 – FARMÁCIA BÁSICA	13.794,24	
4090 – ESF	11.253,14	246,77
4160 – PIM	1.441,47	1.441,47
4190 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/ESTADUAL	201,08	201,08
4510 – PAB	60.600,02	
4520 – ESF/FEDERAL	65.435,34	10.006,54
4521 – PMAQ	197.910,38	197.910,38
4530 – PACS	29.544,77	12.300,00
4590 - SIA/SUS	396,48	396,48
4620 - SAMU/FEDERAL	108,98	
4710 – EPIDEMIOLOGIA/FEDERAL	75.769,01	11.200,00
4760 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	953,13	953,13
4770 – ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	3.532,82	3.532,82
4900 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE	11.022,34	
4929 - ACADEMIAS DA SAUDE	6.441,49	
4931 - Equipamentos UBS	9.881,42	
4935 - UNIDADES BASICAS DE SAUDE	19.311,91	
4936 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	48.344,21	48.344,21
TOTAL	**22.933.870,84**	**2.357.926,40**

OBS: Foi utilizado como Superávit Financeiro do recurso 40 o montante de Restos a Pagar Não Processados Cancelados no exercício.

Nota 7 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2019, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Nota 8 – Créditos Adicionais Reabertos: de acordo com o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, em 2019 houve a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses de 2018. Tais créditos, que totalizaram R$ 157.000,00, foram incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência que, somado ao valor do superávit financeiro evidenciado na nota anterior, justifica a diferença entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Fonte de Recursos		Valor incorporado ao orçamento através da reabertura de créditos adicionais
0001 – Recursos Livres	Lei 0527/2018	57.000,00
1152 - Equipamentos Assistencia Social	Lei 0521/2018	100.000,00
TOTAIS		**157.000,00**

Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias (já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário) e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	76.366,26
9.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DAS TAXAS	2.211.86
9.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DA CONTRIBUÇÃO MELHORIA	9.166,98
9.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	
9.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS	0,90
9.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE REM. DE DEPOSITOS BANCARIOS NÃO VINCULADOS	
9.1.3.2.1.00.4.0.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	526.039,85
9.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE SERVIÇOS	11.492,00
9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – FPM	1.607.426,26
9. 1.7.1.8.01.5.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – ITR	2.361,09
9. 1.7.1.8.06.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERACAO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	0,00
9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – ICMS	1.592.013,13
9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – IPVA	188.139,10
9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI	23.626,00
9.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00 – ® DEDUÇÃO OUTRAS RECEITAS CORRENTES	205,16
9.2.4.1.0.00.00.00.00.00 – (R) DEDUCOES DA RECEITA DE TRANSFERENCIA DE CAPITAL	3.466,28
Total das Deduções da Receita Orçamentária	**4.042.514,87**

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Calha observar que, de acordo com o disposto na Resolução nº 1.089/2018, do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 04/2018, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2019, 28,84% da receita resultante de impostos e transferências.
O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas **no exercício de 2019:**

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0020 - MDE	1.624.226,64	2.329.710,15
0031 – Fundeb	3.528.499,62	3.476.412,79
1048 - Salário Educação	269.502,56	367.016,31
1047 - FNDE PNATE	26.807,31	26.854,81
1015 - Estado RS – Tranf. p/Transporte Escolar	154.349,74	132.177,69
1132 - Construção de EMEF	1.302,96	0,00
1129 – Merenda Escolar – AEE	960,35	903,47
1144 – Passe Livre Estudantil	-	1.949,92
1153 - Alienação MDE	37.055,87	0,00
1036 – PNAC	38.182,59	38.257,21
1016 – PNAE	25.548,65	27.823,09
1100 – PNAE EJA	2.400,52	3.184,07
1091 – PNAP	19.664,35	19.664,25
1143 – Programa Apoio a Creches	163,40	0,00
1150 - AFM/Educação	141,12	7.066,81
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Educação	**5.728.805,68**	**6.431.020,57**

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representaram 22,34% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0040 – ASPS	3.023.877,67	4.562.612,59
4.001 - Outras receitas municipais aplicadas em Saúde	12.316,50	12.316,50
4.002 - Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde	66.608,70	0,00
4.011 - Atenção Básica - PIES / Núcleo de Apoio à Atenção Básica - NAAB / Oficinas Terapêuticas / Redução de Danos / Rede Cegonha - exames pré-natais / Tele Diagnóstico em Doenças Respiratórias Crônicas / Fortalecimento da Promoção e Prevenção à Saúde / Verão numa Boa	146.940,71	153.515,96
4.050 - Farmácia Básica / Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Diabetes Mellitus / Fraldas e outros insumos	50.171,66	54.647,76
4.090 - PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indígena / Saúde Bucal / Saúde Bucal Indígena / PACS / ESF Prisional / Residência Médica / Combate ao Racismo Institucional / Rede de Informática / Saúde do Homem / Combate a DST/AIDS / Articulador Jovem de Saúde	108.704,70	94.336,21
4500 – Atenção Básica	1.019.227,67	1.061.202,63
4.501 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	162.781,00	162.906,19
4.502 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	72.151,94	68.374,61
4.503 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	38.274,78	41.225,17

4.504 - GESTÃO DO SUS	72,25	8.358,67
4.160 - PIM	20.021,42	21.459,28
4.190 - Vigilância em Saúde	4.013,44	3.890,00
4.931 - Aquisição de Equipamentos	87,55	0,00
4.935 - Unidades Básicas de Saúde	1.018,70	0,00
4.710 - Vigilância Epidemiológica	0,01	0,00
4.170 - SAMU/SALVAR	117.669,03	117.669,03
4.505 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	276,14	48.200,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Saúde	**4.844.213,87**	**6.410.714,60**

Nota 4 - Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS: os valores informados nessas linhas se referem as receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta dos recursos que, nos termos da Lei Municipal nº 011/2005 são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores, conforme o seguinte detalhamento.

Receitas Previdenciárias		**Despesas Previdenciárias**	
Especificação	**Valor arrecadado**	**Especificação**	**Valor empenhado**
Contribuições dos Segurados	846.487,50	Aposentadorias	1.898.931,84
Contribuições Patronais	1.409.020,64	Pensões	341.365,46
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		Outros Benefícios Previdenciários (salário família, salario maternidade, auxílio doença)	150.812,80
Rendimentos das Aplicações do RPPS (valor líquido)	2.776.598,80	Compensação Previdenciária	-
Outras receitas previdenciárias	1.548.793,03	Sentenças Judiciais	-
		Despesas Administrativas do RPPS	7.650,00
Total das Receitas Previdenciárias	**6.580.899,97**	**Total das Despesas Previdenciárias**	**2.398.760,10**

Nota 5 - Recursos Destinados à Seguridade Social: os valores informados nessas linhas referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos arts. 194, 203 e 204 da Constituição da República e de mais leis que regulam o SUAS.

Fonte de Recursos	**Receitas Arrecadadas (valor líquido)**	**Despesas Empenhadas**
1101 - FMAS BPC	83,03	-
1107 – PAIF	84.114,47	30.201,58
1117 – Fortalecimento de Vínculos	62.651,83	57.706,87
1124_ - FNAS - IGD SUAS	9.146,64	13.176,83
1080 - FNAS - IGD Bolsa Família	17.354,16	23.891,21
1145 – ACESSUAS	844,83	-
1029 – OASF	6.094,58	4.225,88

1010 - PPD	7.915,14	7.905,30
1148 - Aprimora Rede	1,67	30,88
1152 - Equipamentos Assistência Social	1.412,87	75.421,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Assistência Social	**189.619,22**	**212.559,55**

Nota 6 - Outras Destinações de Recursos: os valores informados nessa linha se referem às receitas e despesas orçamentárias das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1038 – Meio Ambiente	27.115,50	24.618,80
1045 - CIP - Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	325.784,97	325.748,94
1052 - CIDE Combustíveis	9.560,48	9.593,88
1062 – Alienações	330.922,23	233.342,17
1102 – Multas de Trânsito	1.714,40	1510,26
1137 - Contrato de Repasse Pavimentação de Vias	119.039,58	0,00
1149 - Construção de Espaços de Esporte e Lazer	70.124,44	243750
1151 - FUNDICA	134.547,95	117569,8
1154 - Cessão Onerosa - Pré-Sal Lei nº 13885/2019	420.250,83	
Totais de Receitas e Despesas de Outras Destinações de Recursos	**1.439.060,38**	**956.133,85**

Nota 7 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como as inscrições e pagamentos de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação ocorrida no exercício financeiro:

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	658.842,66	
5.3.2.7.0.00.00 -RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCICIO	143.342,96	
6.3.1.4.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		869.230,55
6.3.2.2.0.00.00 – RP PROCESSADOS – PAGOS		194.210,08
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		
1.1.3.8.1.06.00 - VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		
1.1.3.8.1.08.00 - - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO		
1.1.3.8.1.09.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO		
1.1.3.8.1.10.00 - AUXILIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR		
1.1.3.8.1.11.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXILIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS		
2.1.8.8.1.01.00 - CONSIGNACOES		
Outros recebimentos extraorçamentários	2.603.254,36	
Outros pagamentos extraorçamentários		2.676.356,91
Total de recebimentos e pagamentos extraorçamentários	**3.405.439,98**	**3.739.797,54**

Nota 8 – Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, com exclusão das operações intraorçamentárias. O detalhamento por fonte/destinação de recursos é explicitado nas Notas 2, 3, 4, 5 e 6.

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Boa Vista do Buricá, entidade jurídica de direito público, é compreendido na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 12 Secretarias Municipais, 04 Fundos Especiais e o Poder Legislativo. O Município não possui Administração Indireta.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2019, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R$ 3.503.420,59. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um decréscimo de 12,31%

Nota 4 – Créditos a Receber à Curto Prazo e à Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por dívida ativa de curto prazo. Valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no curto prazo, e representam 63,44% do total de créditos. O restante, correspondente a 36,56% do total, representa os valores realizáveis após 12 meses da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no longo prazo. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores à curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já **o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas por meio em contas **redutoras do ativo**.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2019:

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de Longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.0.00 - CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	36.520,92	1.2.1.1.1.01 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	73.078,22
1.1.2.2.0.00 - CLIENTES		1.2.1.1.1.02 - CLIENTES	0,00
1.1.2.3.0.00 – CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	530.620,00	1.2.1.1.1.03 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	16.399,05
1.1.2.4.0.00 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	25.604,77	1.2.1.1.1.04 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	2.104.800,39
1.1.2.5.0.00 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	215.314,56	1.2.1.1.1.05 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	1.213.619,93
1.1.2.6.0.00 - DIVIDA ATIVA NÃO	96.535,15	1.2.1.1.1.99 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE	2.867.472,43

TRIBUTARIA		CRÉDITOS A LONGO PRAZO	
1.1.2.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	1.2.1.2.0.00 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	
1.1.3.1.0.00 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	0,00		
1.1.3.2.0.00 - TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	0,00		
1.1.3.3.0.00 - CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00		
1.1.3.4.0.00 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	32.492,00		
1.1.3.5.0.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00		
1.1.3.8.0.00 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	495,78		
1.1.3.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00		
Total dos Créditos a Receber de Curto Prazo	**937.583,18**	**Total dos Créditos a Receber de Longo Prazo**	**540.425,16**

Nota 5 – Investimentos e Aplicações Temporárias à Curto Prazo: os saldos apresentados se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, das aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Segue o detalhamento:

Título / Subtítulo	Saldo
1.1.4.1.1.09 - APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	23.988.037,37
1.1.4.1.1.10 - APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL - RPPS	0,00
1.1.4.1.1.11 - APLICAÇÕES EM SEGMENTO IMOBILIÁRIO - RPPS	0,00
1.1.4.1.1.12 - APLICACOES EM ENQUADRAMENTO - RPPS	0,00
1.1.4.1.1.13 - TITULOS E VALORES NAO SUJEITOS AO ENQUADRAMENTO - RPPS	0,00
1.1.4.1.1.14 - APLICACOES COM A TAXA DE ADMINISTRACAO DO RPPS	0,00
1.1.4.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	0,00
Total dos Investimentos a Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**23.988.037,37**

Nota 6 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2019, o Estoque apresentou um saldo final de R$ 162.683,47, sofrendo um acréscimo de 7,6362% em relação ao ano de 2018.

Nota 7 – VPD Pagas Antecipadamente: os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. Em 2019 essa rubrica apresentou um saldo de R$ 14.443,91. Em relação ao exercício anterior, apresentou uma variação negativa de 29,99%

Nota 8 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável à Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título apresentaram uma variação positiva da ordem de R$ 128.611,68 decorrente, em grande parte da avaliação das **participações em Consórcios Públicos**, de acordo com as prescrições da Portaria STN nº 72/2012 e os Investimentos à Longo Prazo do RPPS.

Nota 9 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constantes no inventário

geral. Quanto aos bens adquiridos anteriormente, tendo em vista que necessitam ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável, somente após o encerramento dessa primeira etapa, passará a ser aplicada a depreciação. Em 2019 os Bens Móveis totalizaram o valor de R$ 8.223.758,03, representando 33,87% do total do imobilizado. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.614.736,67
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	407.502,69
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	1.045.486,28
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	232.200,62
1.2.3.1.1.05 - VEICULOS	3.083.255,11
1.2.3.1.1.06 - PECAS E CONJUNTOS DE REPOSICAO	
1.2.3.1.1.07 - BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	
1.2.3.1.1.08 - BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	
1.2.3.1.1.09 - ARMAMENTOS	
1.2.3.1.1.10 - SEMOVENTES	
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MOVEIS	63.597,00
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	223.020,34
1.2.3.9.1.01 - (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	
Total de Bens Móveis	**8.223.758,03**

Nota 10 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço. Em síntese, os bens imóveis contribuíram com 66,13% para a formação do Ativo Imobilizado.

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	8.724.990,24
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	722.499,20
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	5.014.929,46
1.2.3.2.1.06 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	789.797,32
1.2.3.2.1.07 – INSTALAÇÕES	43.420,17
1.2.3.2.1.08 – BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEITOS	747.482,05
1.2.3.2.1.99 - DEMAIS BENS IMOVEIS	14.307,54
1.2.3.8.1.02 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	
1.2.3.8.1.04 - (-) EXAUSTÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	
1.2.3.8.1.06 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	
1.2.3.9.1.02 - (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS	
Total de Bens Imóveis	**16.057.425,98**

Nota 11 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar à Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazo:

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	0,00	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	0,00
2.1.1.2.0.00 - BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0,00	2.2.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00
2.1.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	2.2.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00
2.1.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	61.342,23	2.2.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	160.710,18
Total a Curto Prazo	**61.342,23**	**Total a Longo Prazo**	**160.710,18**

Nota 12 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldo são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2019, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo (12 meses) e longo prazo. Somando-se os valores registrados a curto e à longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R$ 978.913,31. Em relação ao ano anterior apresentou uma variação de R$ 286.594,36. A tabela abaixo demonstra analiticamente, os valores a curto e a longo prazo e as respectivas contas retificadoras de encargos a apropriar:

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	Saldo	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Saldo
2.1.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	58.145,28	2.2.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00
2.1.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	
2.1.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	303.637,87	2.2.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	617.130,16
2.1.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,00	2.2.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00
2.1.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	0,00	2.2.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	0,00
2.1.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR – EXTERNO	0,00	2.2.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	0,00
Total a Curto Prazo	**361.783,15**	**Total a Longo Prazo**	**617.130,16**

Nota 13 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R$ 143.617,96. Já os valores contabilizados no longo prazo somaram R$ 0,00.

Nota 14 – Provisões a Curto e a Longo Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. No longo prazo, as provisões apresentaram um acréscimo de 9.052.817,21 em relação ao exercício anterior. A variação é resultante, principalmente, das atualizações das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada em 31/10/2019, representa 100% do total das Provisões à Longo Prazo.

Provisões a Curto Prazo	Saldo	Provisões a Longo Prazo	Saldo
2.1.7.1.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.1.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	0,00
		2.2.7.2.0.00 - PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO	25.777.688,88
2.1.7.3.0.00 - PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.3.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
2.1.7.4.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS	0,00	2.2.7.4.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS	0,00

CÍVEIS A CURTO PRAZO		CÍVEIS A LONGO PRAZO	
2.1.7.5.0.00 - PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.5.0.00 - PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00
2.1.7.6.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.6.0.00 - PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO	0,00
2.1.7.9.0.00 - OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	2.2.7.9.0.00 - OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
Total a Curto Prazo	**0,00**	**Total a Longo Prazo**	**25.777.688,88**

Nota 15 - Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um acréscimo de 78,30% em relação ao exercício anterior e representou, no final do exercício de 2019, 5,17% do passivo circulante. As Demais Obrigações a Longo Prazo apresentaram uma variação positiva de 38,53% em relação ao exercício anterior.

O quadro a seguir demonstra, para efeitos comparativos, a composição das obrigações a curto a longo prazo:

Demais Obrigações a Curto Prazo	Saldo	Demais Obrigações a Longo Prazo	Saldo
2.1.8.1.0.00 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00	2.2.8.1.0.00 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES A LONGO PRAZO	0,00
2.1.8.2.0.00 - OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS	0,00	2.2.8.2.0.00 - OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS A LONGO PRAZO	0,00
2.1.8.3.0.00 - ARRENDAMENTO OPERACIONAL A PAGAR	0,00	2.2.8.3.0.00 - DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DIVIDA A LONGO PRAZO	0,00
2.1.8.4.0.00 - DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DIVIDA A CURTO PRAZO	0,00	2.2.8.4.0.00 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
2.1.8.5.0.00 - DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR	0,00		
2.1.8.6.0.00 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR	0,00		
2.1.8.8.0.00 - VALORES RESTITUÍVEIS	30.465,72	2.2.8.8.0.00 - VALORES RESTITUÍVEIS	0,00
2.1.8.9.0.00 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	433,73	2.2.8.9.0.00 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	219.162,88
Total a Curto Prazo	**30.899,45**	**Total a Longo Prazo**	**219.162,88**

Nota 16 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2019 totalizou em R$ 1.003.169,45, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Na tabela a seguir, pode-se verificar que Dívida Flutuante de 2019 apresentou um decréscimo de R$ 410.891,64, variando negativamente 40.96% em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 15/2015, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. O estoque de restos a pagar em 31/12/2019 somou R$ 972.703,73, havendo disponibilidade financeira para cobertura de 100% dos Restos a Pagar inscritos.

Quadro Sintético da Dívida Flutuante				
Descrição	**Saldo do Exercício Anterior**	**Inscrições no Exercício**	**Baixas no Exercício**	**Saldo para o Exercício Seguinte**
Restos a Pagar Processados	194.956,53	143.342,96	194.681,53	143.617,96
Restos a Pagar Não Processados	1.076.922,29	658.842,66	906.679,18	829.085,77

Serviço da Dívida a Pagar	0,00		0,00	0,00
Consignações				
Depósitos de Diversas Origens	142.182,27	30.465,72	142.182,27	30.465,72
Credores, Entidades e Agentes				
Totais	**1.414.061,09**	**832.651,34**	**1.243.542,98**	**1.003.169,45**

Nota 17 – Patrimônio: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações/Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um déficit de R$ 5.436.357,02.

Nota 18 – Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo devedor de R$ 784.636,23, resultante do lançamento listado abaixo:

Foram registrados a crédito nesta rubrica o valor de R$ 107.500,00 tendo como contrapartida a conta 1.2.3.2.1.04.13.00.00. O ajuste refere-se a atualização do valor contábil de terrenos e áreas de cultura para fins de alienação.

Foi registrado a débito nesta rubrica o valor de R$ 13,73, tendo como contrapartida a conta 1.1.2.4.1.02.00.01.03. O ajuste é relativo a contabilização a maior de juros na atualização da dívida.

Foram registrados a débito e crédito nesta rubrica valores resultantes do ajuste das contas do patrimônio, conforme o inventário físico efetuado.

- Valores registrados a débito:

- R$ 3.113,53 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.00.99.00.00.00.00
- R$ 70.258,03 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.03.00.00.00
- R$ 5.050,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.04.00.00.00
- R$ 29.959,90 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.05.00.00.00
- R$ 50.568,53 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.02.00.00.00.00.01
- R$ 3.263,52 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.40.00.00.00.00
- R$ 2.022.640,48 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.03.00.03.00.00.00
- R$ 14.535,76 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.04.00.00.00.00.01
- R$ 1.937.443,63 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.05.40.00.00.00.01
- R$ 120,60 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.03.00.00.00.00.00
- R$ 2.700,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.08.00.00.00.00
- R$ 5.039,60 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.10.00.00.00
- R$ 4.758,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.04.00.06.00.00.00
- R$ 470,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.02.00.00.00

- R$ 45.907,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.21.00.00.00
- R$ 582,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.03.00.03.00.00.00
- R$ 16.859,50 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.03.00.06.00.00.00

- Valores registrados a crédito:
  - R$ 12.032,20 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.00.00.00.01
  - R$ 4.331,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.02.00.00.00
  - R$ 15.371,82 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.00.07.00.00
  - R$ 1.046.746,29 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.13.00.00.00
  - R$ 23.785,93 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.00.19.00.00.00
  - R$ 17.010,53 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.03.00.00.00.00.01
  - R$ 4.792,84 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.04.00.04.00.00.00
  - R$ 60.709,10 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.04.00.05.00.00.00
  - R$ 2.058.302,11 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.05.00.02.00.00.00
  - R$ 2.847,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.01.06.00.00.00.00
  - R$ 12.200,25 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.03.00.05.00.00.00
  - R$ 158,01 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.03.00.02.00.00.00
  - R$ 14.446,50 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.03.00.00.00.00.01
  - R$ 150,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.04.00.05.00.00.00
  - R$ 48.264,00 Contrapartida conta 1.2.3.1.1.04.00.06.00.00.00

Foi registrado a débito nesta rubrica o valor de R$ 22.644,08 tendo como contrapartida a conta 2.2.1.4.2.01.00.00.00.00.02. O ajuste refere-se a baixa dos valores dos juros/multas pagos no parcelamento.

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. As incorporações de ativos tiveram aumento de R$ 10.680,42 em relação ao ano anterior, e foram impactadas, principalmente por fatores como outros ganhos com incorporação de ativos (doações recebidas).

Item / Subitem	Valor R$
4.6.1.1.0.00 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	
4.6.1.2.0.00 - REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
4.6.1.9.0.00 - REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	
4.6.2.1.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
4.6.2.2.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	10.218,00
4.6.2.3.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS	
4.6.2.9.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS	
4.6.3.1.0.00 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	
4.6.3.2.0.00 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS	
4.6.3.3.0.00 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE VALORES APREENDIDOS	

4.6.3.9.0.00 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.314,45
4.6.5.1.0.00 - REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	
4.6.5.2.0.00 - REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
4.6.5.3.0.00 - REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS	
Total das valorizações e ganhos com ativos e desincorporações de passivos	**12.532,45**

Nota 2 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2019, os registros nesse item somaram R$ 99.041,04.

Item / Subitem	Valor R$
4.9.1.0.1.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDAÇÃO	
4.9.2.1.0.00 - RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
4.9.2.2.0.00 - DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE OUTROS INVESTIMENTOS	
4.9.7.1.1.00 - REVERSÃO DE PROVISÕES – CONSOLIDAÇÃO	39.767,15
4.9.7.2.0.00 - REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS	
4.9.9.1.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	
4.9.9.2.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS	
4.9.9.3.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM BONIFICAÇÕES	
4.9.9.4.0.00 - AMORTIZAÇÃO DE DESÁGIO EM INVESTIMENTOS	
4.9.9.5.0.00 - MULTAS ADMINISTRATIVAS	4.600,09
4.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4.9.9.7.0.00 - VPA DECORRENTE ALIENAÇÃO BENS APREENDIDOS	
4.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	54.673,80
Total das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**99.041,04**

Nota 3 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Municipal, nesse item, os registros da reavaliação do ativo imobilizado, da depreciação, amortização e exaustão somaram R$ 2.282.394,57, apresentando uma variação positiva de 647,408% em relação ano anterior. São operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública. Contam das Variações Passivas porque representam a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou seja, de um aumento na dívida pública. Houve o registro de ajustes para perdas em créditos tributários, perdas com alienação de imobilizado bem como o cancelamento de dívida ativa.

Item / Subitem	Valor R$
3.6.1.1.0.00 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00
3.6.1.2.0.00 - REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS	0,00
3.6.1.3.0.00 - REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	0,00
3.6.1.4.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	0,00
3.6.1.5.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	0,00
3.6.1.6.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS	0,00
3.6.1.7.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS	1.095.678,38
3.6.1.8.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	0,00
3.6.2.1.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS	0,00
3.6.2.2.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	1.086.532,00
3.6.2.3.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS	0,00
3.6.2.9.0.00 - PERDAS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS	0,00
3.6.3.1.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO	97.810,58
3.6.3.2.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM INTANGÍVEIS	0,00
3.6.3.3.0.00 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES	0,00
3.6.3.9.0.00 - OUTRAS PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00
3.6.4.0.1.00 - INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00
3.6.5.0.1.00 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	2.373,61
Total das desvalorizações e perdas de ativos e incorporações de passivos	**2.282.394,57**

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado negativo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2019, os registros nesse

item somaram R$ 9.090.590,93, representando um aumento de 589,4231% em relação ao ano anterior. O quadro a seguir detalha a composição das outras variações patrimoniais diminutivas:

Item / Subitem	Valor R$
3.9.1.0.0.00 - PREMIAÇÕES	37.773,72
3.9.2.1.0.00 - RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
3.9.4.0.0.00 - INCENTIVOS	
3.9.5.0.0.00 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	
3.9.6.0.0.00 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	
3.9.7.1.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	
3.9.7.2.0.00 - VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO	9.052.817,21
3.9.7.3.0.00 - VPD DE PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS	
3.9.7.4.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	
3.9.7.5.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS	
3.9.7.6.0.00 - VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP	
3.9.7.9.0.00 - VPD DE OUTRAS PROVISÕES	
3.9.9.1.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	
3.9.9.2.0.00 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS	
3.9.9.3.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM BONIFICAÇÕES	
3.9.9.4.0.00 - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO EM INVESTIMENTOS	
3.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
3.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	
Total das outras variações patrimoniais diminutivas	**9.090.590,93**

Nota 5 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi negativo de R$ 5.438.194,35. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação de 136,3895%.

Nota 6 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destinado dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em v tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar.

ORIGENS DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
Alienação de Bens Móveis	333.400,00
Alienação de Bens Imóveis	100.018,00
Rendimento de Aplicações Financeiras de Alienação de Bens	1.168,80
TOTAL DAS ORIGENS	434.586,80
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	233.342,17
Inversões Financeiras	
Amortização da Dívida	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	
Regime Geral de Previdência Social	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	
TOTAL	233.342,17
SALDO NÃO APLICADO	201.244,63

Nota 7 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi negativo de R$ 5.436.357,02. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação de 173,55%.

Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantêm compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos **c**ompreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo positivo de R$ 4.363.557,81. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme a 7ª edição do MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos. No exercício de 2019, os ingressos e desembolsos das atividades de financiamento geraram um fluxo negativo de R$ 701.772,14.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida. O resultado desse fluxo foi negativo de R$ 277.644,32.

Nota 5 – Outros Ingressos e Outros Desembolsos: os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras do RPPS.

Boa Vista do Buricá, 21 de Janeiro de 2020.

_____	_____
Rosemére T. Griebler Schuster	Elégio José Brisch
Contadora	Prefeito Municipal em Exercício
CRC/RS 067726.0-8	